

Os mecanismos enunciativos na dissertação

Marília Blundi Onofre*

RESUMO:

A discussão que apresentamos focaliza a articulação entre linguagem e línguas naturais, pautada na Teoria das Operações Enunciativas proposta por Antoine Culioli. Tal abordagem desenvolveu-se por meio da leitura dos processos léxico-gramaticais veiculados pela marca "se" e suas implicações enunciativas em ocorrências típicas da estrutura dissertativa. Tendo em vista um dos contextos em que essa marca atua, foi possível rever as marcas enunciativas tradicionalmente atribuídas à estrutura dissertativa. Pretendemos, ainda, transpor nossas reflexões para o ensino/aprendizagem de língua.

Palavras-chave: Linguagem; enunciação; gramática; produção de texto.

ABSTRACT:

This work is focused upon the articulation between language and natural languages, taking as theoretical framework the Theory of the Enunciative Operations proposed by Antoine Culioli. The analysis of such question was developed through the reading of the lexico-grammatical processes conveyed by the Portuguese language textual marker 'se' (if) and its enunciative implications in typical occurrences of the dissertation structure. Taking into consideration one of the contexts of occurrence of that marker, it was possible to review enunciative markers traditionally attributed to the dissertation structure. We attempted to transfer the result of our study to the language teaching and learning processes.

Keywords: Language; enunciation; grammar; text production language.

1. Referencial Teórico

A discussão que apresentamos sustenta-se na articulação entre gramática e produção/interpretação de texto. Tal questão fundamenta-se na linha teórica a que nos filiamos, que é a *Teoria das Operações Enunciativas* proposta por Antoine Culioli (1976), cujos pressupostos indicam-nos a importância dessa articulação. Nesse contexto, a linguagem é concebida como atividade de produção de significação desenvolvida por interlocutores em interação e manifesta-se por meio da língua, compreendida, então, como um sistema de representação lingüístico responsável por veicular a linguagem. Nesse sentido, linguagem e língua não se separam, assim como não se separam gramática e léxico, ou, ainda, gramática e texto.

A *Teoria das Operações Enunciativas* apresenta-nos um referencial teórico a partir do qual Culioli propõe uma gramática da produção lingüística. Segundo o autor, a produção de significação é gerada em um movimento entre enunciadores, situação de enunciação, e propriedades físico-culturais dos objetos que serão enunciados, que, por sua vez, determinarão a articulação entre gramática e produção/interpretação de texto, pois se considera que as relações gramaticais são responsáveis pela significação produzida. Ao mesmo tempo em que, por esse modelo, afirma-se que a significação é gerada em uma relação dinâmica entre interlocutores e mundo, e

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

que essa relação é representada pelos jogos gramaticais, afirma-se que a gramática é dinâmica, e se deixa compor de diferentes maneiras dependendo do sentido que se quer criar. Embora se reconheça a dinamicidade do processo de construção de significação, é preciso considerar que esse processo se deixa estabilizar pela enunciação. É como se a gramática fosse composta por um conjunto de peças disponível para se compor, se organizar de acordo com a significação desejada. Assim, a significação é fruto das relações gramaticais, e, desse modo, vinculam-se léxico e gramática, não mais considerados a partir de valores estanques.

2. Os mecanismos enunciativos na estrutura dissertativa: a relação léxico-gramática

Para abordar a articulação entre os processos de língua/linguagem, selecionamos, para analisar, algumas ocorrências típicas presentes em estruturas dissertativas, tais como as que se seguem¹⁴:

- *Pode-se notar que as escolas se arrumam com o pouco que têm.*
- *Pode-se perceber o descaso dos professores com os alunos.*
- *Pode-se observar que a alimentação distribuída ao aluno de renda baixa é de pobre riqueza alimentícia.*
- *Pode-se afirmar que está na escola um dos grandes passos para uma cultura de paz.*
- *Pode-se observar que o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor.*
- *Pode-se notar que tais ocorrências (inadequações nos textos) são frequentes.*
- *Pode-se concluir que a enunciação é algo singular.*
- *Pode-se observar que os advérbios também desempenham a função de modificadores na frase.*

Tais ocorrências chamaram a atenção por apresentarem estruturas que julgávamos próximas (no momento da seleção essa proximidade entre elas era hipotética), e, que, então, propusemo-nos a analisá-las. Como resultado da nossa observação, verificamos que as estruturas em questão caracterizam-se por:

- a. constituírem-se por verbos cujos traços semânticos veiculam noções de

¹⁴ Essas ocorrências fazem parte de um corpus de pesquisa maior, presente na tese ONOFRE, M. B. Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca "se". Araraquara: 2003, 174p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

comprovação, de reconhecimento, de verificação. Incluindo-se aí, então, os verbos notar, perceber, observar, afirmar, concluir; e

- b. organizarem-se a partir da seguinte estrutura:

marca modal + marca se + verbo (cuja semântica é de comprovação) + proposição

pode + se + observar + x

Essa aproximação que verificamos entre as ocorrências analisadas levou-nos a identificá-las como pertencentes a uma família parafrástica, apropriando-nos desse conceito tal como é proposto por Culioli, (...) nous appellerons famille paraphrastique la classe d'énoncés, que l'on peut définir comme une classe d'occurrences modulées (CULIOLI, 1990, p. 137)

Desse modo, agrupar as ocorrências em uma família parafrástica implica entendê-las como sendo geradas a partir de relações semânticas primitivas, o que significa considerar que as ocorrências típicas em questão formam-se a partir de uma relação semântica origem, do tipo:

<alguém (comprovador) + comprovar + algo (comprovável)>

Estabelecida tal identificação semântica entre as ocorrências, é preciso, então, compreender quais os mecanismos enunciativos que incidem sobre essa relação primeira e que são responsáveis pelas enunciações dadas. Para tanto, tomamos como exemplo o seguinte enunciado:

Pode-se observar que o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor

Dado o exemplo, podemos considerar que temos aí uma proposição, que é:

<o enunciador adequa o discurso tendo em vista o seu interlocutor>.

E, incidindo sobre essa proposição há a relação < *pode se observar* >, a partir da qual podemos constatar que se pretende dar credibilidade, veracidade a primeira.

Ocorre, porém, que essa construção, empregada com a finalidade de dar veracidade à proposição, constrói-se com a marca "se", cujo emprego indetermina o termo responsável pela realização da predicação em questão, isto é, a realização do "observar". Assim, aquele que atuaria como "observador" está indeterminado, e, desse modo, fica comprometido o caráter de veracidade que se quer criar, uma vez que não se determina o responsável pelo "observar", "notar" etc.

Outra marca enunciativa empregada que vem contribuir com a indeterminação

desses enunciados é o modalizador “pode”, responsável por instalar o enunciado na ordem do *possível*, do *muito provável*¹⁵. O emprego desse modalizador afirma sobre a *possibilidade*, sobre uma *forte probabilidade*, sobre a *não asserção* da ocorrência sobre a qual incide. Para que esse modalizador se constitua como tal, devemos considerar as relações temporais e aspectuais aí presentes. Essas caracterizam-se por remeter à *atemporalidade* e a valores aspectuais *não-perfectivo* e *não-durativo*. Essas noções constroem-se pela ausência de marcas espaço-temporais para se estabelecerem as distâncias entre o eu/aqui/agora e o ele/lá/então da enunciação.

Tendo em vista a conjunção dessas marcas, podemos observar que se ressaltam valores de indeterminação da pessoa, do espaço e do tempo nos enunciados em questão, e assim, enuncia-se sobre a *possibilidade da efetivação de uma proposição*.

Considerando, então, as relações enunciativas instauradas entre uma noção semântica cujo traço é de *verdade*, de *comprovação*, e uma marca de indeterminação daquele que assume essa comprovação, veiculada tanto pela marca *se* como pelo modalizador *pode*, é possível verificar que o sujeito enunciador não assume o seu dizer, não se compromete com o que é dito, como também não nomeia outro que o faça. Porém, essa falta de comprometimento é apagada pelo enunciador, quando este recorre ao emprego de noções de caráter comprobatório e instaura um jogo para validar a proposição, fazendo o enunciatário tomar como verdadeira (assertiva) a sua aparente assunção.

A análise realizada demonstra-nos que a relação intersubjetiva instaurada nas ocorrências observadas constrói-se por valores referenciais que se instalam entre o *ser* e o *não ser*, uma vez que nessas ocorrências deflagra-se um jogo de forças intersubjetivas no qual concorrem a *assunção* e a *não assunção* do discurso pelo enunciador, conforme observamos.

3. A dissertação: entre a objetividade e a subjetividade

As ocorrências analisadas, que são recorrentes em textos dissertativos, constituem-se por valores referenciais da ordem da *assunção* e *não-assunção*, o que implica que são modalizadas simultaneamente pelas marcas de “*ser*” e “*não ser*”. Tal constatação leva-nos a considerar, então, que essas ocorrências constroem-se por marcas léxico-gramaticais sustentadas pelo jogo entre a objetividade e a subjetividade.

Tendo em vista que nos filiamos a *Teoria das Operações Enunciativas*, temos a articulação entre a objetividade e a subjetividade na *gênese* do modelo, e assim, ao afirmar sobre essa articulação nas ocorrências, não estaríamos fazendo nada além de uma constatação óbvia. Porém, o que pretendemos mostrar é que a enunciação presente nessas ocorrências instaura-se nesse lugar em que concorrem as marcas de objetividade e de subjetividade, ressaltando a *negação* desses dois traços concomitantemente.

¹⁵ Tendo em vista o conjunto de modalidades apresentado pelo modelo culioliano, há de se considerar que a modalidade da *certeza*, que se indica, difere da modalidade *assertiva* (afirmativa ou negativa). Assim, ainda que se aponte para a *certeza* de uma dada predicação, essa *certeza* deve ser considerada como uma *possibilidade muito forte*, sendo, assim, é ainda uma *possibilidade*.

Tal afirmação se justifica pelos resultados das análises, a partir dos quais observamos que as enunciações em questão apresentam-nos *um enunciador que ressalta a não-assunção de seu dizer*, o que nos leva a afirmar que se instaura aí a subjetividade, no entanto essa subjetividade se constitui por meio de sua própria negação. Ao mesmo tempo, verificamos que, nessas ocorrências, *se enuncia sobre a possibilidade de construção de um objeto*, o que implica que não há asserção sobre um dado conteúdo, mas a indicação da possibilidade de sua existência. Nesse sentido, podemos dizer que a objetividade instaura-se enquanto possibilidade, e desse modo, reconhecemos o traço de objetividade por meio de sua ausência, tal como verificamos em relação à subjetividade.

Essa concorrência da *não objetividade* e da *não subjetividade* leva-nos a considerar que esses enunciados constroem-se por valores referenciais que não se estabilizam, instaurando-se, assim, entre o “ser” e o “não-ser”.

4. A dissertação no ensino de língua

4.1 A dissertação no ensino de língua: um texto objetivo ou subjetivo?

Os fatos que apontamos sobre as estruturas dissertativas analisadas, que se caracterizam por valores referenciais que marcam a não estabilização de valores enunciativos, confrontam-se com o que se afirma tradicionalmente em relação à dissertação, e em particular com o que se propõe no ensino da dissertação.

Para sustentar essa observação, destacamos as marcas de objetividade e subjetividade, empregadas como recursos para se abordar o ensino da dissertação, tal como se apresentam em livros didáticos e propostas pedagógicas.

Podemos observar que, em grande parte de livros didáticos, atribui-se ao texto dissertativo o traço de objetividade, entendendo-se por objetividade “um meio de dar destaque ao conteúdo das afirmações feitas, em detrimento do enunciador”. Como exemplo, reproduzimos a seguinte citação extraída de um livro didático apresentada como identificação de um texto dissertativo:

(...) apresenta a defesa de uma idéia, de um ponto de vista. Os autores trabalham com argumentos e dados comprobatórios de sua tese. O final do parágrafo reforça a idéia inicial. Uma composição com essas características chama-se **dissertação** (CAMPEDELLI e SOUZA, 2002, p. 347).

Essa citação acompanha um texto como exemplo, a partir do qual se discutem essas marcas da dissertação. Em seguida apresenta-se o seguinte quadro:

Dissertação

- Defesa de um argumento:
 - a) apresentação de uma tese que será defendida,
 - b) desenvolvimento ou argumentação,
 - c) fechamento;

- predomínio da linguagem objetiva;
- prevalece a denotação. (Campedelli, S.Y, Souza, J., 2002, p. 348).

Por outro lado, encontramos abordagens que atribuem ao texto dissertativo o traço de subjetividade. Como exemplo, podemos citar o que se afirma nos Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau – Produção de Textos (1983), tal como:

A dissertação parece carregar consigo o valor semântico de “opinião do sujeito que fala”. Isto nos leva a pensar que nesse tipo de discurso a marca da subjetividade é talvez mais forte do que nas outras formas discursivas vistas. Sempre que comentamos sobre algo emitimos opiniões, tentando sempre cercar o nosso interlocutor e fazê-lo “vir” até nós. A intenção maior de quem tece uma reflexão sobre algo e a emite é envolver o ouvinte de maneira a atraí-lo e persuadi-lo de que a nossa reflexão é a correta e pautase pelo maior grau de aceitabilidade (SÃO PAULO, 1983, p. 33).

Para ressaltar a marca de subjetividade, afirma-se, ainda, que a argumentação parece ser a força maior que rege o texto dissertativo, como o que se segue:

Na sua argumentação o sujeito deve partir ou admitir, em princípio uma premissa ou uma afirmação sobre a qual tem-se consolidada a aceitabilidade e da qual também partilha o interlocutor. Desta (ou destas) afirmação o locutor passa a construir o seu raciocínio, que evidentemente deve mostrar os passos “lógicos”, isto é, bem argumentados e fundamentados e chegar à conclusão final com a qual deve concordar o seu interlocutor (São Paulo, 1983, p.34).

Diante dessas abordagens encontradas acerca da dissertação, e, ao mesmo tempo, acerca dos conceitos de objetividade e subjetividade, podemos verificar que as ocorrências que compõem o nosso *corpus* não se enquadram em um ou outro caso.

É possível observar, ainda, que não há consenso nessas abordagens, uma vez que, ora a dissertação define-se por ser um texto marcado pela objetividade, ora define-se por ser um texto marcado pela subjetividade. Tais fatos fazem-nos levantar duas questões. A primeira diz respeito aos valores atribuídos ao nosso *corpus* que não se enquadram nessas definições, o que nos leva a questioná-las. A segunda refere-se aos valores polarizados atribuídos à dissertação, pois, conforme observamos, ou se atribui o valor de objetividade, ou de subjetividade, porém nunca os dois valores concorrentes. Podemos considerar, assim, que a própria falta de consenso entre os valores polarizados, aparece como um fator de evidência da coexistência das duas marcas.

Tais questões surgem pela tradição de nossos estudos lingüísticos em apoiarem-se em valores polarizados, tais como, objetividade e subjetividade,

verdade e falsidade, afirmação e negação, e assim por diante. Esses pares opositivos aparecem nas propostas de ensino/aprendizagem de língua, como se a linguagem se deixasse moldar segundo esses valores. Porém, a atividade de linguagem não se deixa polarizar segundo tais valores, tal como verificamos pelo nosso *corpus*, assim, a solução para as questões levantadas envolvem uma mudança teórico-metodológica que rompa com essa filosofia tradicional paradigmática, e leve em conta o lugar das articulações entre as consideradas oposições, no qual se instaura o processo de linguagem.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de língua portuguesa para o ensino médio¹⁶ (1999), publicados pelo MEC, não se faz referência especificamente à dissertação. Essa questão aparece diluída entre outras, quando se menciona a produção de texto. Discutem-se as competências e habilidades a serem desenvolvidas em língua portuguesa, e nesse lugar, apresentam-se reflexões sobre a articulação entre o ensino/aprendizado de gramática e de produção/interpretação de texto paralelamente a reflexões que envolvem gêneros discursivos. Observamos, assim, o que se propõe:

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral.

Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura (BRASIL, 1999, p. 139).

Propõe-se também o seguinte:

Toda e qualquer análise gramatical, estilística, textual deve considerar a dimensão dialógica da linguagem como ponto de partida. O contexto, os interlocutores, gêneros discursivos, recursos utilizados pelos interlocutores para afirmar o dito/escrito, os significados sociais, a função social, os valores e o ponto de vista determinam formas de dizer/escrever. As paixões escondidas nas palavras, as relações de autoridade, o dialogismo entre textos e o diálogo fazem o cenário no qual a língua assume o papel principal (BRASIL, 1999, p. 143).

Dado o que os PCNs nos apresentam, devemos reconhecer que se propõe

¹⁶ A nossa opção por observar inicialmente os PCNs – ensino médio deveu-se ao fato de nosso *corpus* de análise ser composto por textos de ensino médio e ensino universitário.

a abordagem da linguagem articulada à língua, havendo, então, um rompimento com metodologias de ensino que se apóiam em análises do produto lingüístico, sustentadas pelos pares opositivos a que fizemos referência.

Observamos, porém, que o modo como as discussões sobre linguagem discorrem parece pressupor que promover a articulação entre língua/linguagem envolve somente um querer fazer. As discussões apresentam-se como se se tratassem de fatos já resolvidos pelos professores, e que esses pudessem aplicá-las sem qualquer dificuldade. É preciso adotar um referencial teórico que leve em conta a metodologia de ensino proposta, e assim, operar com a articulação proposta.

Considerações Finais

As questões levantadas indicam-nos a relevância da proposta de articulação entre gramática e produção/interpretação de texto, o que implica rever os paradigmas tradicionais. Observamos que, da mesma forma que não é adequado atribuímos valores gramaticais pré-concebidos, como por exemplo, ao se, não o é atribuímos às estruturas lingüísticas, categorizando-as em tipologias textuais. Nesse caso, fazemos referência à estrutura dissertativa, que foi a que focalizamos aqui. Os resultados a que chegamos levam-nos a rever os valores tradicionalmente atribuídos à dissertação.

É preciso considerar que trabalhamos com uma única ocorrência típica de estrutura dissertativa, por meio da qual pudemos observar regularidades nas estruturas analisadas. Por meio dessa ocorrência pudemos observar, ainda, que não se pode generalizar processos enunciativos característicos de determinadas estruturas lingüísticas na ânsia de se estabelecerem tipologias textuais. Assim, a análise que desenvolvemos mostrou-nos que, se o que se propõe tradicionalmente em relação à dissertação não se sustenta, não se sustenta também generalizar o resultado da nossa análise para todas as estruturas consideradas dissertativas, em substituição à análise tradicional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. v.2. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPEDELLI, S.; YOUSSEFF, S; SOUZA, J. B. **Português-Literatura, produção de textos & gramática**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: operations et representations. Paris: Ophrys, 1990, v.1.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a, v.2.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b, v.3.

ONOFRE, M. B. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca "se"**. Araraquara: 2003, 174p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. v. III**. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP, 1983.

SAVIOLI, F.P.; FIORIN, J.L. Para entender o texto: **leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

— | | —
Marilia Blundi Onofre